

Declaração de Consentimento

Utilização e tratamento de dados pessoais

Regulamento (UE)2016/679

Eu, _____ (nome), n.º de identificação fiscal _____, pai/mãe/representante legal (selecionar) de _____ (nome do menor) declaro que autorizo a recolha, processamento e utilização dos dados pessoais e sensíveis do meu educando, para efeitos de atribuição de Apoio Alimentar pela Santa Casa da Misericórdia da Maia, independentemente do suporte documental (papel ou formato digital) em que se apresentem, estritamente necessários e fundamentados para efeitos de atribuição de Apoio Alimentar a prestar pela Santa Casa da Misericórdia da Maia. Os dados referidos são: nome, data de nascimento, número, arquivo e data de validade do documento de identificação, número de identificação fiscal (NIF), Número de Identificação da Segurança Social (NISS), morada, contacto(s) telefónico(s), número de elementos do agregado familiar, escolaridade, formação complementar, estado de saúde, situação face ao emprego/profissão, rendimentos e despesas pessoais e do agregado familiar.

Declaro ainda que tomei conhecimento que:

- a)** O tratamento da informação é garantido de acordo com o Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (Regime Geral da Proteção de Dados).
- b)** A Santa Casa da Misericórdia da Maia é a Responsável pelo Tratamento dos Dados e poderá ser contactada através do seguinte contacto: rgpd@misericordiadaamaia.com. Os dados pessoais serão conservados pelo período necessário ao cumprimento das obrigações legais. Os dados pessoais podem ser comunicados a autoridades judiciais, fiscais e regulatórias, com a finalidade do cumprimento de imposições legais. Dentro dos limites legais, tem o direito ao acesso, retificação, portabilidade, apagamento, limitação do tratamento e oposição ao tratamento e de apresentação de reclamação a uma autoridade controlo. Dentro dos limites legais tem ainda o direito de retirar o consentimento. A retirada do consentimento não coloca em causa a legitimidade do tratamento já efetuado nem impede o tratamento posterior que seja obrigatório e necessário legalmente, mas impede a atribuição do apoio alimentar, tendo em conta que o tratamento dos dados é imprescindível para a determinação das condições de atribuição e para a prestação do serviço.

Data: _____

Assinatura (Pai/Mãe/Representante legal): _____